



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2025. REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO 2026, NA CASA LEGISLATIVA MÁRIO DUARTE SAMPAIO.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e cinco), às 15:00 horas, deu-se início no Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Pindoba/AL, conforme nos foi disponibilizado, a realização da Audiência Pública obedecendo à legislação vigente e faça o dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresenta Metas Fiscais do 3º Quadrimestre do ano de 2025. sob a Presidência da vereadora e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças: Maria José de Almeida Alves e tendo como Redatora de Ata designada a Sra. Maria Izabel Alves, a partir da qual a Secretaria de Finanças do Município, representada pelo Departamento de Contabilidade, iniciou os trabalhos cumprimentando a todos os presentes, e passou a explicar a importância da realização da mesma e informou aos presentes que a audiência deve ser participativa, ou seja, todos os presentes que desejarem, podem se manifestar, seja como questionamentos ou como esclarecimentos de dúvidas. Esta Audiência está sendo realizada para fazer cumprir o dispositivo no artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. O representante do Departamento de Contabilidade cumprimentou a Presidente da Comissão Maria José de Almeida Alves; João Ferreira da Silva; José Cícero Mariano da Silva; José Cícero Nemésio de Moura; Lourenço Oliveira da Silva; Luciano Fidelis da Costa; Magna Lybya Cardoso Moura; Maria José de Almeida Alves; Neyrde de Souza Mendonça e Paulo César Barros de Almeida. Destacar a presença o Controlador Sr. Jânio, Dr Rogério Gusmão Moura e demais presentes, desejando boa tarde a todos mas afinal, durante até a apresentação vocês podem tirar dúvidas fazer questionamentos e a gente vai tirar essas dúvidas apresentando essas informações e precisa estar apresentada perante Vossas Excelências, especialmente perante a Comissão de Orçamento Finanças. Quadrimestral, ou seja, são 03 (três) vezes ao ano que a fazemos essas audiências das Metas Fiscais e essa é a última referente a 2025. E encerramos o ciclo de 2025 e ela vem sendo exigida pelo Tribunal de Contas também não e só uma exigência da Lei LRE e passa a ser uma análise do próprio Tribunal de Contas esse quadro a gente tem a arrecadação as principais receitas que o município recebeu em 2025. Então temos as principais Receitas que compõe Orçamento Municipal o principalmente o município pequeno como Pindoba ele basicamente depende das transferências constitucionais FPM, ICMS, FDEB e SAÚDE e agora emendas parlamentares que vem para dar o reforço no Orçamento Municipal em seguida ele faz a apresentação no slide falando das principais previsão tributária com uma previsão de Receita tributária de arrecadar R\$ 902.273 (novecentos e dois mil e duzentos e setenta e três mil reais) mas o município só conseguiu arrecadar R\$ 539.056 mil (quinhentos e trinta e nove mil reais) porque ali na receita tributária está o principal imposto do município que é o IPTU e em uma cidade pequena com pouca atividade econômica é um tributo que ele requer muito do contribuinte. O município faz o possível para conseguir arrecadar mas depende muito da capacidade do contribuinte do cidadão local mas a principal arrecadação FPM eu tenho dois FPM tenho FPM que entra todo mês dias 10, 20 e 30 e tem o FPM chamado 1 % que foi aprovado pelo congresso ele entra três vezes ao ano para dar um reforço no caixa do município com por exemplo despesa do final do ano como décimo terceiro para compensar perda de arrecadação do durante o exercício que ela é normal em qualquer município no FPM normal foi previsto 18.202.000 (dezoito milhões e



duzentos e dois mil reais) no ano de 2025 e o município arrecadou 19.382 (dezenove milhões e trezentos e oitenta e dois mil) houve um reforço aí com arrecadação a mais de 6.48% então isso é importante para o município ajudou no fechamento das contas outro recurso importante do ICMS foi previsto 6.607,000 (seis milhões e seiscentos e sete mil reais) e foi arrecadado 6.839,000 (seis milhões e oitocentos e trinta e nove mil reais) arrecadou um pouco mais do que foi previsto isso é importante justamente para garantir o atendimento das ações da municipais. Por outro lado veja que no item seguinte são as transferências do sistema único de Saúde o município tinha previsto 3.3 milhões e nós conseguimos arrecadar 2.9 então isso afeta a própria saúde mas isso não depende diretamente do próprio município depende das produções do tamanho do município como o município conseguiu cobrir arrecadações o FPM e do ICMS são justamente utilizadas para cobrir esses gastos de saúde e educação O FUNDEB também teve uma perda em 2025 tinha sido previstos 5.1 milhões e o município arrecadou 4.4 milhões já em 2026 a gente tem uma previsão do FUNDEB ser um pouco maior então isso vai ajudar no reforço no caixa da Educação garantir talvez reajustes dos profissionais de educação e nós temos as transferências de convênios e os convênios são os que depende de assinaturas convênio junto ao Governo Federal e o município ainda conseguiu quase 800 mil de convênios então do total da arrecadação prevista o município atingiu 76.22% e muitas dela foi puxada para baixo por conta dos convênios e os convênios e a vontade do município aliado orçamento do Governo Federal e Estadual e muitas vezes depende às vezes de um projeto em uma série de questões recurso para construir casas com o recurso do governo federal mas para isso apresentar o terreno e tem que estar regular para poder fazer a construção uma série de requisitos então essa é a parte da receita e arrecadação do município ela precisa melhorar uma coisa que a gente vem debatendo desde o início da gestão porque o IPTU 6 mil é uma recordação quase nada é um desafio para um gestor do município tão pequeno aumentar arrecadação do IPTU é obrigatório então vai fazendo o que é possível o TBI e quando há uma troca de titularidade de imóvel compras e vendas o imposto de renda é uma arrecadação que ajuda bastante o caixa da prefeitura é aquele retido na folha de pagamento e agora desde o ano passado que o município retendo também das pessoas jurídicas isso já dá um reforço melhor no caixa da prefeitura e para 2026 temos uma estimativa de perdas pelo menos 30% de imposto de renda com isenção do Governo Federal mas afeta diretamente o município a ideia é que haja um reforço no FPM de quem ganha acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dentre as receitas o que mais representa dentro do orçamento FPM ele é quase 60% dos gastos dos municípios vem do FPM em seguida nós temos o ICMS 19% e depois o FUNDE e ele representa muito pouco no orçamento do município quando a gente compara com outros municípios maiores e se FUNDEB é bem maior é outro desafio agora na área da Educação trazer novos recurso para um FUNDEB isso você consegue com matrículas e para tem matrículas tem que ter crianças. E o relatório da despesas a gente tem um comportamento de três itens azul a receita, vermelho despesas e amarelo resto a pagar pagos no ano a receita aí tem os valores receita 2.849 (dois milhões oitocentos e quarenta e nove mil reais) a despesas 2.066 (dois milhões e setenta e seis mil) resto a pagar 35 mil a maior parte do exercício o município teve um resultado positivo isso porque equilibrou só que quando você soma o ano inteiro ele vai dar o resultado positivo justamente resultado primário o que a gente busca resultado positivo eu tive mais arrecadação do que despesa e nós temos um limite mínimo para atingir e todo o tipo de investimento está ali dentro desse gráfico de tudo do município na educação, saúde, assistência, Prefeitura FPM todo tipo de recurso está ali dentro desse gráfico receita o município atingiu um resultado primário positivo ou seja eu tive mais receita do que despesas o resultado primeiro nos tivemos na LDO e



de 92.608 (noventa e dois mil seiscentos e oito) com esses números nós atendemos 508.739 (quinhentos e oito mil reais e setecentos e trinta e nove mil) então o município teve um resultado primário positivo superando na verdade a meta fixada e é isso que o Tribunal de contas vai analisar se o município atingiu Meta de resultado primário no resultado nominal tinha previsto que a dívida consolidada poderia aumentar até 4 milhões identificamos que houve na verdade uma redução de 984.000,00 na dívida consolidada o que é dívida consolidada todos os parcelamentos que o município assinou ao longo do tempo de INSS Regime próprio de Previdência FGTS o que tiver de parcelamento para cartório o que tiver dívida consolidada a meta na LDO seria de 14.000.000 (quatorze milhões de reais) e a meta alcançada foi 10.000.000 (dez milhões de reais) ou seja abaixo da meta essa dívida consolidada é soma de tudo que o município deve em relação a parcela de INSS FGTS, precatórios e operações de crédito resumindo a questão do resultado primário e nominal agente identifica que houve atendimento dos resultados primário nominal dívida consolidada, receita e despesa. Fico à disposição dos senhores vereadores para os esclarecimentos das dúvidas que possam ser solucionados nesse momento. Nenhum dos presentes se manifestou dou por encerrada a mesma. Nada a mais ser deliberado na presente Audiência Pública, dou por encerrada a mesma. Eu, Maria Izabel Alves, Redatora da Ata designada, lavro a presente, digito e da qual vai por mim rubricada MIA a presente Ata, e vai devidamente assinada pela Vereadora Presidente da Audiência e da Comissão de Orçamento e Finanças, Maria José de Almeida Alves e membros da respectiva Comissão e demais presentes.

Maria José de Almeida Alves.

João Carlos Gomes de Silva

João Carlos Gomes de Silva

PRESENTES:

Marcelo Bezerra Landeiro Menezes

Paulo Cesar Barros de Almeida

Leandro de Souza Silva

Aldeide de Souza Landeiro

João Ferreira da Silva

João Carlos Gomes de Silva

João Carlos Gomes de Silva

João Carlos Gomes de Silva